

Diplomacia e política externa num mundo globalizado¹

Cíntia Martins*

Pedro Ponte e Sousa**

Resumo: O conceito de globalização e a noção de global permanecem pouco compreendidos, nomeadamente numa dimensão mais política destes fenómenos. Tidos como demasiado abrangentes, ou apenas sinónimos de uma integração económica global, foram largamente minorizados ou ignorados por decisores e cientistas políticos. Este artigo pretende ser uma breve introdução à relação entre globalização, política externa e diplomacia. Defendemos que a globalização afeta e altera/adapta/molda a política externa e diplomacia; mas também que faltam ainda estudos empíricos sistemáticos que permitam analisar, de forma mais concreta, e com evidências adicionais, tais alterações. Discutimos brevemente a literatura existente sobre o tema, de modo a salientar a relevância deste objeto de estudo para uma melhor compreensão da diplomacia e política externa contemporâneas.

Palavras-chave: Diplomacia, Globalização, Política Externa, Soberania

Introdução

O conceito de globalização e a noção de global entraram nas realidades económicas, políticas, sociais e culturais no final do século XX, e ganharam um espaço-chave na discussão desses fenómenos. Entre significarem estritamente a integração económica global, uma "compressão do mundo" mais ampla, ou apenas chavões que se tornaram moda, passaram a incluir tudo o que é

¹ Investigação financiada por Fundos Nacionais através das Bolsas de Doutoramento da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia PD/BD/114060/2015 e PD/BD/142923/2018

* Doutoranda em Estudos sobre a Globalização (FCT) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, investigadora do IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais

** Professor de Relações Internacionais na Universidade Portucalense, doutorando em Estudos sobre a Globalização (FCT) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, investigador do IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais

conhecido e não conhecido, contribuindo tanto para compreender a lógica de interdependência como para confundir o que se pretende dizer quando se fala de global ou de globalização. Tido como um processo demasiado amplo, tanto que seria quase intangível ou imensurável, foi sistematicamente pouco compreendido, ou até ignorado, tanto por cientistas como por decisores políticos.

Estas dificuldades foram ainda mais visíveis no que toca à compreensão da globalização política. Dependente da disseminação do capitalismo e do avanço tecnológico, o efeito direto da globalização no campo político, fosse este interno ou internacional, nunca foi muito claro. Seria a disseminação da democracia? A explosão do número de organizações internacionais ou a fragmentação da lógica de superpotências? A fragmentação do poder do Estado, da sua centralidade na resolução de problemas? Para isto poderão ter contribuído tanto o menor grau de globalização política quando comparada com a globalização económica e financeira, e até a globalização cultural, bem como a escassa atenção que a Ciência Política e as Relações Internacionais deram a este processo – dois elementos que provavelmente se terão alimentado mutuamente.

Este breve texto não pretende ser um estudo exaustivo da relação entre globalização e política externa; pretendemos, todavia, discutir como (ou se) a globalização afeta e altera/adapta/molda a política externa e diplomacia. Apresentaremos as linhas gerais deste debate, com especial atenção àqueles autores que, de forma geral, argumentam por tal posição, mesmo quando têm perspetivas bastante diferentes sobre essa relação. Da análise da produção científica sobre o tema fica claro que faltam ainda estudos empíricos sistemáticos que permitam analisar de forma mais concreta e com evidências tais alterações. Mais uma vez, este texto é apenas uma aproximação inicial a dimensões relevantes desse tema.

O artigo divide-se em duas grandes partes: a primeira, “Teorias da globalização e política externa”, pretende compreender este debate na relação entre globalização e política externa desde as perspectivas das teorias da globalização, bem como dos estudiosos sobre política externa. É também importante salientar a relação entre globalização e europeização, com influência simultânea na política externa e diplomacia dos Estados-Membros. A segunda, “A influência da globalização na diplomacia”, foca três dimensões concretas em que esta relação se viu alterada: soberania, meios de comunicação/tecnologias, e a diplomacia e a guerra. Em suma, pretende-se demonstrar diferentes dinâmicas da globalização que influíram e moldaram a diplomacia e a política externa, em formas que nem sempre foram unívocas e que por vezes foram contraditórias, pouco claras e paradoxais.

1. Teorias da globalização e a política externa

Falar de globalização é levantar um debate extenso e complexo que se tem arrastado ao longo de toda a existência deste conceito. São três as linhas de pensamento que se debatem sobre este termo: os hiperglobalizadores, que prenunciam a perda completa de soberania por parte dos Estados na gestão da sua própria economia e sociedade; os céticos, que rejeitam a ideia de globalização e salientam que, apesar de qualquer mudança que possa ter existido ao longo dos tempos, tanto os Estados como a própria geopolítica continuam os principais motores da política internacional; e os transformacionistas, que reconhecem a emergência de uma nova ordem política global e de uma linha mais ténue a separar assuntos locais e internacionais, que, de forma genérica, se situam entre as posições dos hiperglobalizadores e dos céticos (McGrew, 2014, p. 16). Com este texto não se pretende discutir onde se encontra a razão, mas sim compreender como a globalização acabou por moldar a política externa e a diplomacia.

No entanto, qualquer uma destas teorias é tão controversa como a própria definição de globalização. Independentemente do espaço temporal em que coloquemos o início da globalização¹, ou da intensidade com que esta afetou o panorama internacional, a verdade é que as dinâmicas mundiais entre Estados se alteraram ainda no século passado, de uma forma nunca antes vista. A evolução da economia, as interações culturais, os desenvolvimentos tecnológicos e a abertura das fronteiras a todos estes aspetos, influenciaram os Estados enquanto atores do sistema político internacional e, por conseguinte, a configuração da sua política externa e diplomacia.

Utilizando novamente McGrew (2014), este autor caracteriza a globalização em quatro pontos essenciais para a discussão aqui proposta:

- A transmissão para lá das fronteiras de atividades políticas, sociais e económicas, influenciando, desta forma, outras comunidades distantes;
- A intensificação da interconexão social entre comunidades dispares;
- A evolução dos sistemas de transporte e comunicação, que permitem inter-relações globais, aumentando, igualmente, a velocidade da transmissão de ideias, bens, informação, etc;
- O estreitamento entre o local e o global, uma vez que “local events may come to have global consequences and global events can have serious local consequences, creating a growing collective awareness or consciousness of the world as a shared social space, that is globality or globalism” (p. 18).

¹ Ver Waters (2001).

Assim, a distinção entre doméstico e internacional encontra-se mais corroída quando falamos de uma política externa influenciada pela globalização. As questões que este conceito acarreta são tão variadas que vão muito além da interdependência e da internacionalização dos problemas estatais, mas também de uma mudança e partilha da própria organização social, económica e política do mundo (McGrew, 2014, pp. 18-21).

As previsões gerais sobre a relação entre globalização e política externa tendem a encaixar, em parte ou no todo, na visão daquelas teorias da globalização sobre o Estado e a sua agência: ou uma política externa mais esvaziada de conteúdo, uma vez que a disseminação da democracia e da economia capitalista implicariam menos alternativas nos processos de formulação e decisão política (logo ‘menos política’) (Hill, 2003); ou que a globalização retirou, em grande medida, a agência a boa parte dos atores, e que estruturas eminentemente globais tinham centrado em si (todo) o poder de decisão (Urry, 2003); ou que a globalização conduz a um conjunto de alterações à política externa, alterando (a importância de) certas dimensões da política externa de um Estado (nomeadamente, eliminando muitas das funções da diplomacia clássica) (Jönsson, 2002).

Apesar de uma boa parte dos autores sobre o tema, excetuando aqueles mais céticos da globalização ou realistas nas Relações Internacionais, concordarem quanto à relevância da globalização para a política externa, pelo menos naquilo em que influencia o panorama internacional em que este se insere, a literatura existente e os estudos empíricos aprofundados sobre o tema são escassos e limitados (Keukeleire & Schunz, 2008). Assim, a generalidade dos trabalhos expõe breves traços gerais sobre as alterações de forma e conteúdo que a política externa atravessa e enfrenta, devido à globalização ou facilitadas por esta. Estas limitações decorrem de ambos os campos de estudo: por um lado, “foreign policy is increasingly portrayed as yesterday’s fad rather than as a

constitutive practice of contemporary global politics (Hellmann & Jorgensen, 2015, p. 1)”; por outro, “an examination of what appear to be the best-known works on and forums for globalization reveals that foreign policy (...) has been virtually excluded from GT [globalization theory]” (Aran, 2011, p. 708), fenômenos que se cruzam e reforçam a forma incipiente como os estudos sobre a globalização têm compreendido a política externa, e como os estudos de política externa têm percebido a globalização como uma dimensão relevante. Aliás, a própria noção de política externa parece tentar ser cada vez mais ultrapassada pela agenda da política global e da governação global (Hellmann & Jorgensen, 2015).

Relativamente à estratégia da política externa, Scholte (2005) defende que existem três elementos através dos quais a globalização ‘reconstituiu’ o Estado e, em consequência, o conjunto das suas relações externas: uma maior complexidade na defesa dos interesses nacionais ou globais (mais difíceis de identificar e menos homogêneos); uma redução dos incentivos para os conflitos entre Estados; e o aumento da necessidade de relações transnacionais e cooperação com outros Estados, mesmo para atender à sua jurisdição territorial, o que demonstra a interpenetração entre o interno e o externo.

Quanto à forma de condução da política externa (e da diplomacia), Neumann (2015) salienta que ocorreram: a explosão do número de cimeiras com chefes de Estado e governo (*summit diplomacy*), e a centralização nestes dos assuntos de política externa; o aumento de atividade internacional pelos ministérios e a disseminação de departamentos para as relações internacionais em todos os ministérios; e a maior participação dos gabinetes do primeiro-ministro na política externa, para coordenar diferentes áreas da governação.

Por fim, é também o conteúdo da política externa que se altera em consequência da globalização. E, ao mesmo tempo, procura influir sobre esse mesmo processo de globalização. Isto decorre de uma maior competição de

atores em política externa, dependente de vários níveis de decisão política, entre o global, regional, nacional, subnacional e local; uma política externa com maior atenção ao ambiente externo, mais coligações temporárias e uma maior operação em rede; e incluindo até o próprio objetivo de moldar as estruturas de política global, de forma explícita e implícita, na sua agenda (Keukeleire & Schunz, 2015; Baumann & Stengel, 2010).

1.1. Globalização, europeização, e política externa europeia

Como mencionámos acima, a disseminação da democracia e da economia capitalista poderiam indicar uma maior aproximação de diferentes políticas externas ou, por outras palavras, que estas se encontrariam mais homogêneas dada a menor amplitude de possíveis alternativas de formulação e decisão.

Um dos elementos que tem fomentado esse processo é a procura de soluções políticas de âmbito regional que combinam uma dimensão geográfica e de identidade com a implementação de organizações internacionais. Estes contribuem para uma maior interdependência e para a prossecução de objetivos comuns.

A União Europeia, entre outras instituições, é resultado desta mesma lógica de integração regional. Um dos aspetos mais relevantes no aprofundamento da integração da instituição tem sido o desenvolvimento de uma política externa comum, a Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Partindo de uma base anterior de tentativa de cooperação mais informal e informação entre os seus Estados-Membros sobre questões de política externa, a PESC é instituída em 1993, pelo Tratado de Maastricht, com valores e interesses comuns, mas continuando a assentar na cooperação intergovernamental (Coelho, 2017).

Neste contexto, a ideia de europeização é particularmente relevante. Assenta na influência da UE sobre os Estados-Membros e defende que as

políticas internas dos Estados têm sido moldadas pela participação na organização, o que também se aplica à política externa destes. Aliás, tem sido defendido que a própria procura por uma política externa da União decorre deste processo mais vasto de europeização (Özcan, 2008). E a europeização corresponde a um processo de convergência, quer pelas limitações a uma política externa independente que a participação na UE e na PESC implicam (Manners e Whitman, 2000), quer pela disseminação de ideias e diretivas de Bruxelas (Wong e Hill, 2011).

Todavia, uma questão maior tem que ver com a relação entre europeização e globalização; ou melhor, o que é que pode ser atribuído a uma ou a outra. Featherstone (2003, p. 4) afirma que "within the international system, the relationship between europeanization and globalization is often difficult to distinguish in case studies of domestic adaptation, obscuring the key independent variable". Estes são fenómenos pelo menos em parte coincidentes, do ponto de vista temporal e geográfico, sendo que a europeização, mais concreta e imediata que a globalização, conseguiu analisar de forma mais detalhada o seu impacto na política externa. É, portanto, necessária uma distinção mais clara e uma melhor compreensão das ligações entre a globalização e a europeização, para que melhor se compreendam, respetivamente, os efeitos da globalização e da europeização na política externa dos Estados.

2. A influência da globalização na diplomacia

Como refere Campbell (2015, p. 2), sendo a diplomacia um dos instrumentos que coloca em prática a política externa, também esta se apresenta mutável perante a conjuntura internacional, com a abertura das fronteiras e a alteração das prioridades de cada um dos Estados.

Assim, comecemos por definir a diplomacia como uma das fundações mais importantes do sistema e das relações internacionais. O século XX ficou, marcado pelo aparecimento da diplomacia multilateral em detrimento da bilateral, “pela complexidade crescente das funções diplomáticas e pela personificação da política externa” (Sousa, 2005, p. 64), tendências que têm vindo a acentuar-se no presente século.

Alguns autores, como é o caso de Brian Hocking (1999, p. 18), argumentam, aliás, que as organizações estatais perderam, com a globalização, algum do seu poder e monopólio no que toca ao meio diplomático. Ao mesmo tempo, as organizações não estatais aumentaram tanto em número como importância ao adquirirem, também elas, estas funções.

Campbell (2015, p. 5) realça outro aspeto igualmente relevante, perguntando-se se a globalização alterou de facto a diplomacia. A isto o autor responde que a natureza da diplomacia se mantém apesar das alterações globais, ou seja, continua a exercer-se em torno da construção, manutenção e utilização das relações com um fim diplomático (cooperação, paz, etc). O que se altera, na verdade, é a forma como se faz diplomacia já que o Estado perde o monopólio e outras entidades entram nesse meio.

Posto isto, partiremos de seguida para uma análise da influência da globalização na diplomacia tendo em conta três aspetos relevantes: a soberania dos Estados, o conceito de guerra e os meios de comunicação/tecnologias.

2.1. Diplomacia e soberania

A diplomacia requer a soberania dos Estados para funcionar? É verdade que a globalização afetou o monopólio da soberania dos Estados e, desta forma, perfaz um efeito adverso na diplomacia estatal, uma vez que “sovereignty today is increasingly understood as the shared exercise of public power and authority between national, regional, and global authorities” (McGrew, 2014, p. 28). O

espaço diplomático deixou de pertencer única e exclusivamente aos Estados, onde, atualmente, fazem parte uma série de outras figuras como os jornalistas ou as ONG. Da mesma forma, e como já foi mencionado anteriormente, também a política externa ganha especificidades internacionais no que toca à sua dimensão, passando assim a ser partilhada por um conjunto de atores, alguns não estatais. Por fim, temos a rapidez da comunicação entre Estados, que será analisada mais à frente (Campbell, 2015, pp. 6-7).

“It has argued that globalization reconstructs the world as a shared social space. It does so, however, in a far from uniform manner: contemporary globalization is highly uneven and it is as much a source of conflict and violence as of cooperation and harmony. [...] Sovereign statehood is being transformed such that a conceptual shift in our thinking is required: from international (inter-state) politics to global politics—the politics of state and non-state actors within a shared global social space. (McGrew, 2014, p. 29)

Para além da presente questão da soberania, Daryl Copeland (2009, p. 4) levanta outro dilema pertinente. Para este autor, o problema não se encontra apenas na perda do monopólio diplomático por parte dos Estados mas, igualmente, na falta de preparação por parte dos diplomatas para lidar com questões tão adversas e díspares provocadas pela globalização.

“Diplomats, as they have traditionally been trained and developed, are particularly ill prepared to diagnose or treat the growing range of political, economic, and, especially, science-based global problems that have become a prominent feature of the evolving international landscape. Like the bases for the new security, the diplomat, too, must be reimagined.” (Copeland, 2009, p. 4)

Por conseguinte, os Estados perdem a sua exclusividade, mas a diplomacia continua a prevalecer e manter influência no panorama global, com

uma metodologia e atores distintos, tendo em conta que as anteriores formas se tornam menos relevantes perante o novo contexto global do mundo.

2.2. Diplomacia e os meios de comunicação/tecnologias

“Communication is one of the logically necessary conditions for the existence of international relations. Without communication, there is no diplomacy.” (Jönsson, 2016, p. 79)

A globalização trouxe consigo uma importância crescente dos meios de comunicação dentro do panorama internacional e, por conseguinte, na forma de se fazer diplomacia. Com isto, e utilizando as palavras de Hocking (1999, p. 16) a título de exemplo, a atividade humana que se cria a nível global perfaz um relacionamento entre Estados muito além das distâncias geográficas ou administrativas.

A proliferação de pessoas, ideias e produtos a nível internacional, provocada pelo desenvolvimento das tecnologias e da comunicação, facilitou a interconexão social, política e económica entre Estados. Para mais, “in addition to changes in the structure of international relations there are also changes to patterns and practices in the flow of information, including the emergence of social media as a key mechanism for the mobilization and communication within and across societies” (Whitman, 2015, p. 17).

Assim, e para lá da “intensificação e aceleração dos intercâmbios e atividades sociais” (Steger, 2006, p. 20) facilitados pela globalização e pelo avanço tecnológico, este mesmo desenvolvimento constrói um certo dilema a nível político-diplomático. A quantidade e a rapidez com que se disponibiliza a informação e a facilidade de locomoção mobiliza outros grupos não estatais para diversas causas, ao considerar-se o Estado menos eficaz na resposta a estas questões que emergem.

Todavia, e de uma forma geral, a estrutura diplomática teve poucas mudanças, e só recentemente tem compreendido que a sua organização mais em rede e menos hierárquica, bem como tornarem-se mais proativos na relação com jornalistas e outros atores interessados na informação e posições desse ministério, seriam essenciais para se manterem como elementos importantes nos processos de tomada de decisão e implementação, bem como numa lógica de comunicação instantânea, descentralizada, e em rede (Neumann, 2015, p. 53; ver também Cooper et. al., 2008).

2.3. Diplomacia e guerra

Os objetivos principais da diplomacia ao longo dos tempos centraram-se sempre na preservação dos interesses dos Estados a partir da defesa da paz e na prevenção de conflitos (Jesus, 2017, pp. 151-152). Esta relação íntima entre diplomacia e a guerra não se altera com a globalização, no nosso entender, ganhando apenas novos contornos. De facto, como refere António José Fernandes (2015), “a dinâmica do poder mundial modificou-se sensivelmente nos últimos anos, na medida em que a importância relativa que se atribuía ao elemento militar do Poder diminuiu” (p. 170).

Com a abertura de fronteiras e a facilidade de movimentação entre Estados, surgiram também novos perigos que obrigaram a diplomacia a especializar-se na gestão de riscos. Por meio da diplomacia, os Estados reconhecem um problema comum abrangendo a ação externa a todos os membros.

Outra questão que pode ser levantada encontra-se precisamente nas consequências da alteração da estrutura fundamental do sistema internacional. Isto é, e como explica Hocking (1999, p. 20), a própria natureza da guerra e as preocupações dos agentes estatais sofrem alterações num mundo globalizado onde a maior apreensão não se encontra num conflito mundial, como

anteriormente observado, mas sim nas discórdias regionais e no medo de contágio a outros Estados.

Notas finais

Este artigo apresentou diferentes perspectivas sobre a relação entre globalização e política externa, e globalização e diplomacia. A erosão da fronteira entre o interno e o internacional deveria estar no centro de um debate mais amplo sobre esta relação (e até sobre a política externa e a diplomacia para o século XXI); todavia, tal não tem ocorrido.

Tomar a globalização como um mero sinónimo de integração económica ou como um fenómeno demasiado amplo tem impedido uma discussão mais aprofundada sobre as mudanças provocadas no Estado e, de igual forma, como é que este tem lidado com a primeira. As asserções dos autores que entendem que a globalização afeta e altera/adapta/molda a política externa e diplomacia parecem estar de acordo com as mudanças de política interna e internacional que se têm verificado quanto a estas; continuam, todavia, a faltar estudos que analisam tal relação de forma mais concreta e sistemática, e que portanto fundamentem tais asserções. Esta sintetização e breve discussão do tema não deixa, porém, de ser um elemento essencial para se compreender a relevância e o potencial que este objeto de estudo tem, tanto para uma compreensão mais exata do ambiente externo e como este afeta a política externa de um Estado, bem como contribuir para que os decisores consigam reconhecer melhor as implicações da globalização na ação externa e tomar decisões mais eficazes para os seus objetivos.

Bibliografia

Aran, A. (2011). Foreign policy and globalization theory: The case of Israel. In *International Politics*, n.º 48, pp. 707-730.

Baumann, R., Stengel, F. (2010). Globalization and Foreign Policy Analysis: Neglect of or Successful Adaptation to Changing Political Practices?. *51st Annual Convention of the International Studies Association* in New Orleans, LA, pp. 17–20. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Frank_Stengel/publication/238778632_Globalization_and_Foreign_Policy_Analysis_Neglect_of_or_Successful_Adaptation_to_Changing_Political_Practices/links/00b49528f68f62e682000000.pdf

Campbell, Francis (2015). Has Globalization Changed the Nature of Diplomacy?. In *Ethical Standards in Public Life*. UK: St. Edmund's College, Cambridge University.

Coelho, Carlos (Coord.) (2017). *Europa de A a Z: Dicionário de termos europeus*. Lisboa: Elêtheia Editores.

Copeland, Daryl (2009). *Guerrilla Diplomacy: Rethinking International Relations*. Londres: Lynne Rienner Publishers.

Featherstone, K. (2003). "Introduction: in the name of 'Europe'", in Featherstone, K., & Radaelli, C. (eds.). *The Politics of Europeanization*. Oxford: Oxford University Press.

Fernandes, António José (2015). *Relações Internacionais: Evolução, Protagonistas e Teorias*. Lisboa: Chiado Editora.

Hellmann, G., Jorgensen, K. (2015). Introduction, in Hellmann, G., Jorgensen, K. (eds.). In *Theorizing Foreign Policy in a Globalized World* (pp. 1-11). Hampshire: Palgrave Macmillan,

Hill, Christopher (2003). *The Changing Politics of Foreign Policy*. Londres: Palgrave Macmillan.

Hocking, Brian (1999). Foreign Ministries: Redefining the Gatekeeper Role. In B. Hocking (Ed.), *Foreign Ministries Change and Adaptation* (pp. 1-15). Londres: Palgrave Macmillan.

Jesus, José Duarte de (2017). Diplomacia. In N. C. Mendes & F. P. Coutinho (Org.), *Enciclopédia das Relações Internacionais* (151-153). Alfragide: Publicações Dom Quixote.

Jönsson, Christer (2016). Diplomacy, communication and signalling. In C. Constantinou; P. Kerr & P. Sharp (Eds.), *The SAGE Handbook of Diplomacy* (pp. 79-91). Londres: SAGE Publications.

Keukeleire, S., Schunz, S. (2015). Analysing Foreign Policy in a Context of Global Governance, in Hellmann, G., Jorgensen, K. (eds.). *Theorizing Foreign Policy in a Globalized World*. Hampshire: Palgrave Macmillan, pp. 58-80.

Keukeleire, S., Schunz, S. (2008). Foreign policy, globalization and global governance. The European Union's structural foreign policy. *ECPR Standing Group on the European Union, Fourth Pan-European Conference on EU Politics*, Riga, pp. 25-27. Disponível em <http://www.jhubc.it/ecpr-riga/virtualpaperroom/102.pdf>

Manners, I. and Whitman, R. (eds.) (2000). *The Foreign Policies of European Union Member States*. Manchester: Manchester University Press.

McGrew, Anthony (2014). Globalization and global politics. In J. Baylis, S. Smith, & P. Owens (Eds.), *The Globalization of World Politics: An introduction to international relations* (pp. 15 – 31). Oxford: Oxford University Press.

Neumann, I. (2015). Foreign Policy in an Age of Globalization, in Hellmann, G., Jorgensen, K. (eds.). *Theorizing Foreign Policy in a Globalized World*. Hampshire: Palgrave Macmillan, pp. 45-57.

Ozcan, M. (2008). *Harmonizing foreign policy*. Aldershot: Ashgate.

Sousa, Fernando de (dir.) (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto: Afrontamento.

Steger, Manfred B. (2006). *A Globalização: Compreender*. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi.

Urry, John (2003). *Global Complexity*. Cambridge: Polity.

Waters, M. (2001). *Globalization* (2nd ed.). Londres: Routledge.

Whitman, Richard (2015). Europe's Changing Place in the World and Challenges to European Diplomacy. In R. Balfour, C. Carta & K. Raik (Eds.), *The European External Action Service and National Foreign Ministries: Convergence or Divergence* (pp.17-30). Aldershot: Ashgate.

Wong, R., & Hill, C. (2011). "Introduction", in Wong, R., & Hill, C. (eds.). *National and European foreign policy: Towards Europeanization*. Londres: Routledge.